

IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA HISTÓRIA DAS QUESTÕES RACIAIS E TEMAS SENSÍVEIS NO BRASIL

IMPORTANCIA DEL CONOCIMIENTO DE LA HISTORIA DE LAS CUESTIONES RACIALES Y TEMAS SENSIBLES EN BRASIL

IMPORTANCE OF KNOWLEDGE OF THE HISTORY OF RACIAL ISSUES AND SENSITIVE TOPICS IN BRAZIL

Recebido em: 19/11/2024

Aceito em: 30/03/2025

Publicado em: 27/10/2025

Manuel Alves de Sousa Junior ¹
Instituto Federal da Bahia

Liana Barcelos Porto ²
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Esta pesquisa traz reflexões sobre a romantização de temas sensíveis da história do Brasil. A escravidão moderna, o genocídio indígena, a inquisição, a eugenia, o integralismo e a ditadura militar são temas sensíveis na sociedade brasileira. Muitas vezes, falar sobre esses assuntos causa incômodo ou mesmo desconforto por causa das violências e outras ocorrências no estudo e análise desses fenômenos sociais. Os temas foram analisados com base na ciência e na historiografia, utilizando, também, estudos de Michel Foucault e seus comentadores como lentes teóricas. Romantizar estes temas, pode atuar em uma educação anacrônica dos espectadores e população brasileira. Estes temas devem ser rememorados como momentos históricos, cruéis e violentos, jamais devem ser romantizados.

Palavras-chave: Escravidão; Romantização de Temas sensíveis; História do Brasil; Produção de verdades.

Resumen: Esta investigación ofrece reflexiones sobre la romanticización de temas sensibles de la historia de Brasil. La esclavitud moderna, el genocidio indígena, la inquisición, la eugenesia, el integralismo y la dictadura militar son temas sensibles en la sociedad brasileña. Muchas veces, hablar sobre estos temas causa incomodidad o incluso malestar debido a las violencias y otros sucesos en el estudio y análisis de estos fenómenos sociales. Los temas fueron analizados con base en la ciencia y la historiografía, utilizando también los estudios de Michel Foucault y sus comentaristas como lentes teóricas. Romantizar estos temas puede influir en una educación anacrónica de los espectadores y de la población brasileña. Estos temas deben ser recordados como momentos históricos, crueles y violentos, nunca deben ser romantizados.

Palabras-chaves: Esclavitud; Romanticización de temas sensibles; História do Brasil; Producción de verdades.

Abstract: This research offers reflections on the romanticization of sensitive topics in Brazil's history. Modern slavery, indigenous genocide, the Inquisition, eugenics, integralism, and the military dictatorship are sensitive issues in Brazilian society. Often, discussing these topics causes discomfort or even unease due to the violence and other events involved in the study and analysis of these social phenomena. The topics were analyzed based on science and historiography, also using studies by Michel Foucault and his commentators as theoretical lenses. Romanticizing these topics can contribute to an anachronistic education of viewers and the Brazilian population. These issues should be remembered as historical moments, cruel and violent, and should never be romanticized.

Keyword: Slavery; Romanticization of Sensitive Topics; History of Brazil; Production of Truths.

¹ Aluno do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISC. Professor do Instituto Federal da Bahia, campus Lauro de Freitas. E-mail: manueljunior@ifba.edu.br

² Doutora pelo Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pelotas. Psicopedagoga do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL. E-mail: lianabarcelosporto@gmail.com

INTRODUÇÃO

Diversos temas sensíveis ocorreram na história do Brasil ao longo dos séculos. Geralmente, são assuntos que, quando tratados/explicitados, causam incômodo ou desconforto e, por consequência, acabam facilitando o seu esquecimento ou apagamento na sociedade. Dentre esses temas, podemos citar a escravidão moderna, o genocídio indígena, a inquisição, a eugenia, o integralismo e a ditadura.

A romantização de fenômenos históricos que trouxeram violências, preconceitos, mortes e mazelas ao povo que viveu estes acontecimentos em seu tempo presente, acaba sendo um anacronismo. Ao distorcer os dados e vivências reais desses eventos, a população que não possui acesso ao conhecimento acadêmico-histórico, pode formar ideias equivocadas sobre os temas.

O objetivo central deste artigo consiste em fazer uma reflexão sobre a importância do conhecimento da história das questões raciais e dos temas sensíveis supracitados, bem como os impactos que uma leitura romantizada sobre os temas, pode causar no tecido social. Para isto, depois da metodologia, existe uma seção que faz uma breve abordagem sobre os temas sensíveis da História do Brasil: escravidão moderna, genocídio indígena, inquisição, eugenia, integralismo e ditadura militar. Longe de querer esgotar estes temas, esta parte do texto objetiva demonstrar brevemente aspectos interessantes destes momentos delicados da história do país. Em seguida, é apresentada uma seção sobre a romantização dos temas sensíveis teorizada pelas reflexões foucaultianas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada a partir de estudos sobre eugenia, biopolítica e necropolítica, desenvolvidos ao longo do doutoramento em curso, do autor e da sua participação no grupo de pesquisa “Identidade e Diferença na Educação da Universidade de Santa Cruz” (UNISC) e da experiência da autora ao longo de sua jornada acadêmica. O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: Qual a importância para o conhecimento da história das questões raciais e temas sensíveis no Brasil? Assim, a metodologia escolhida foi qualitativa, visto que não existiu a análise de dados estatísticos/números e exploratória, já que possui a premissa de explorar o tema, de modo a torná-lo mais explícito ou para constituir hipóteses.

A pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois identifica as características de determinada população, e explicativa, ao tentar identificar os fatores que interferem na ocorrência de determinados fenômenos (Boaventura, 2004). Para atingir este objetivo

metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico com autores renomados na área em artigos, livros, entrevistas, teses, dissertações e correlatos. Todo o trabalho teve como arcabouço teórico a biopolítica proposta por Michel Foucault.

TEMAS SENSÍVEIS E RELACIONADOS ÀS QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL

ESCRavidÃO MODERNA

A escravidão é uma relação social presente ao longo de toda a história. Existem relatos de escravos desde a época da antiguidade. Porém, naquele tempo, a escravidão ocorria por dívidas ou despojo de guerra, diferente da escravidão moderna, que utilizou os escravizados africanos negros. Este fenômeno social produziu muitos efeitos e modificou diversas sociedades, impactando na reconfiguração demográfica, social, política e econômica em todo o planeta. Todo modelo escravagista tem em comum, a violência como motor principal dessa relação humana.

A partir de 1419, Portugal deu início às grandes navegações que saíam explorando e conquistando novas terras. Madeira e Porto Santo, em 1419/1420; Açores a partir de 1427; Cabo Bojador (Atual Saara Ocidental) em 1434; Cabo Verde em 1444; Rio Gâmbia em 1455; Arquipélago de Cabo Verde, a partir de 1456; Rio Zaire em 1484; Cabo da Boa Esperança (Atual África do Sul) em 1488; Moçambique em 1498; Calicute nas Índias em 1498; atual Brasil em 1500; Terra Nova, no atual Canadá, em 1500; e assim por diante.

Cada vez mais, os navegadores iam reconhecendo os mais diversos territórios, sobretudo ao sul, até que Vasco da Gama conseguiu contornar a África e chegar na Ásia, em 1500. A busca para uma rota alternativa para as Índias, era necessária, já que o trânsito pelo Mediterrâneo, estava fechado para os cristãos pelos árabes. O Norte também foi explorado, a exemplo do atual Canadá.

Nessas conquistas, os navegadores exploravam as terras, buscavam metais e pedras preciosas, investigavam para ver o que as terras possuíam e o que fosse de valor para a coroa portuguesa (Ferreira; Dias, 2017). Contingentes de escravos já eram gerados nas batalhas travadas na Península Ibérica, como afirma Schwartz (1988, p. 23) “a guerra intermitente, porém contínua, entre muçulmanos e cristãos na península ibérica criava prisioneiros e cativos para ambos os lados e, com isso, era uma fonte constante de escravos”.

Em uma dessas viagens, lideradas pelo navegador Antão Gonçalves, em 1441, foram sequestrados dois mouros (muçulmanos) na costa africana e levados à Portugal. Meses depois,

os navegadores portugueses voltaram para devolver os sequestrados e receberam como resgate, 10 escravizados negros e um pouco de ouro, ou seja, era o início de um ótimo negócio para os europeus: a escravidão negra a partir do tráfico negreiro (Ferreira; Dias, 2017). Assim, se iniciava o tráfico de escravizados negros a partir da expansão portuguesa, pela costa da África, à procura de ouro, especiarias e riquezas. Ainda em 1441, o primeiro navio negreiro chegou em Lisboa e, em mais 3 anos, já estava formada uma empresa exclusiva para esse fim; a Companhia do Algarve. O tráfico negreiro começou a abastecer a mão de obra das ilhas atlânticas, onde a cana de açúcar já começava a ser plantada.

Em 1448 já eram mais de mil negros escravizados somente em Portugal. Em 1551, a população de Lisboa era composta de cerca de 100 mil habitantes; 10% formada por escravizados negros (Schwartz, 1988). Estava consolidado o tráfico de escravizados negros no ocidente, uma verdadeira instituição que durou 447 anos, até 1888, com a abolição da escravidão no Brasil, último país do ocidente a libertar seus escravizados. De acordo com o Slave Voyage (2023), portal internacional alimentado continuamente por pesquisadores de todo o mundo, foram 12,5 milhões de africanos escravizados na diáspora para as Américas, entre os séculos XVI ao XIX. Pouco mais de 5,8 milhões destes, desembarcaram nos portos brasileiros ao longo do período escravista, em mais de 30 mil viagens.

No Brasil, o regime escravista não conseguia se autossustentar, de modo a manter uma reprodução natural para suprir as demandas crescentes de escravizados no país. Somado a fatores como número elevado de mortes, chegada de mais homens escravizados do que mulheres, e aliado ao fato de que as negras africanas recém-chegadas, já tinham “perdido” vários anos de reprodução em solo africano, gerando menos filhos que as escravas nascidas no Brasil. Todos esses fatores contribuíram para um aumento cada vez maior na demanda de africanos (Klein, 2018).

Um escravizado era uma propriedade privada. Ser proprietário de um cativo, era um status social importante no Brasil, tanto que existem relatos de negros que compravam outros escravizados, quando conseguiam suas alforrias. Noutras palavras, existiu no Brasil, registros de escravizados senhores de escravizados. O sistema escravista brasileiro foi muito complexo (Souza, Figueirôa-Rego, Stumpf, 2017):

No primeiro censo nacional do Brasil em 1872, a população livre de cor somava 4,2 milhões de pessoas, contra 1,5 milhão de escravos, o que significa que as pessoas livres de cor representavam 74% da população total não branca. A população livre de cor não só superava numericamente a população branca, mas, sozinha, representava 43% da população brasileira, que era de 10 milhões de pessoas (Klein, 2018, p. 190).

A população brasileira tinha índices altíssimos de morbidade, mortalidade adulta e infantil. No censo de 1872, foi constatado que a expectativa de vida para homens negros escravos, era de 23,4 anos. Para os que chegavam a um ano, a expectativa de vida era de 33,6 anos e aos que chegavam aos 5 anos, era de 38,4 anos. Para as escravizadas negras, os números eram um pouco melhores; para os libertos, eram ainda melhores; porém, muito aquém dos números de expectativa de vida dos brancos. Estes números eram ocasionados, dentre outras questões, pela violência presente no sistema escravista (Klein, 2018).

Todos os serviços realizados por mão de obra escrava, foram cruéis e sacrificantes. Desde os serviços domésticos, na lavoura, nos engenhos, nas minas, na manutenção das propriedades e em todos os setores da sociedade, eles transportavam materiais para todos os lados, além de água e dejetos humanos de seus senhores. Toda essa violência e tratamento, foram descritos por Mbembe (2016), que cunhou o conceito de necropolítica, a partir de um deslocamento da biopolítica foucaultiana.

A escravidão foi um alicerce da sociedade brasileira contemporânea, atuando em várias frentes: na mão de obra, nos costumes, nos aspectos culturais e na distinção de classes sociais que auxiliaram na construção da sociedade brasileira. Importante mencionar que esta estrutura hierárquica e de desigualdade social, não se extinguiu com a abolição, pelo contrário, o longo período em que a escravidão esteve presente, deixou marcas profundas na sociedade, permitindo que, mesmo após sua cessação, fosse possível estabelecer outros mecanismos de controle social para a manutenção destas antigas hierarquias.

A escravidão moderna trouxe consigo importantes pontos de abordagens socioantropológicos nas sociedades ocidentais e, em particular, no Brasil, como o racismo estrutural e institucional, a partir do racismo científico, o mito da democracia racial, o próprio conceito de raça, que mudou da esfera biológica para uma constituição sociológica, bem como fenômenos sociais que dialogam com suas reverberações, como a miscigenação, o branqueamento da população, a eugenia e a branquitude. Mbembe (2016) cita que a partir dessa diáspora compulsória, ocorreu um repovoamento no mundo.

GENOCÍDIO INDÍGENA

A população do Brasil atual foi formada, inicialmente, a partir dos povos originários que já se encontravam nas terras que, posteriormente, foram nomeadas de América quando os primeiros europeus chegaram. Os números absolutos de indígenas desta época são imprecisos, variam de um milhão a cerca de sete milhões, distribuídos em centenas de etnias. O IBGE

(2023) estima em cerca de 2 milhões e meio no século XVI, tendo sido reduzidos a aproximadamente 300 mil no início do século XXI.

O termo “Índio” foi originado a partir do erro de Colombo, em achar que havia chegado às Índias na Ásia e, então, passou a chamar seus habitantes de Índios. Mesmo após o equívoco ter sido percebido, o termo continuou sendo utilizado indiscriminadamente, em referência aos povos americanos, sendo também chamados de ameríndios.

Nesse sentido, a palavra foi construída no processo de colonização do continente americano, pelos europeus, a partir das chamadas grandes navegações. Alguns historiadores, defendem que o termo é muito generalista e não deveria ser aplicado a todas as populações autóctones, que devem ser chamadas pelos seus nomes; Maias serem chamados de Maias, Tupinambás serem chamados de Tupinambás e assim por diante; porém, o problema é mais complexo, pois pelo processo colonial, alguns povos já incorporaram e já se identificam com o termo, mesmo sendo etimologicamente equivocado, pela diversidade encontrada em toda a América Pré-Colombiana (Silva; Silva, 2015).

Com objetivo de lucrar na nova terra “conquistada”, a maioria dos indígenas foi usada como mão de obra no período colonial, muitos foram vítimas de doenças ou dizimados das mais diversas formas. Já Gomes (2019, p. 117) afirma que “a chegada dos europeus à América resultou numa das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade”. As questões histórico-raciais e o genocídio indígena ajudam a alimentar estes discursos.

As doenças dos europeus se espalharam pelas aldeias indígenas e ajudavam no genocídio indígena. Os povos originários não tinham contato com os microorganismos causadores das doenças e nem imunidade contra eles. A morte era iminente, ora provocada, ora sem querer. Para Mary del Priore (2016, p. 371), “os jesuítas dizem que os primeiros variolosos chegaram à Bahia numa nau que aportou em 1561, mas a epidemia atingiu seu clímax apenas em 1563, matando três quartos dos índios catequizados”. A autora ainda relata que, em 1662, a varíola matou tantos negros e indígenas em Pernambuco, que a lavoura de cana de açúcar ficou estagnada. Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 13), traz a informação que “o sarampo e a varíola que, entre 1562 e 1564, assolaram as aldeias da Bahia fizeram os índios morrerem tanto das doenças quanto de fome, a tal ponto que os sobreviventes preferiam vender-se como escravos do que morrer à míngua”.

Podemos fazer um deslocamento do genocídio indígena para a necropolítica de Mbembe (2016). Para o autor, o sistema colonial trouxe consigo uma escala de violência jamais vista na humanidade. As colônias são zonas permanentes de guerra e desordem, o processo de

escravização dentro da colonização, causa uma tripla perda aos escravizados: perda de um lar, “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político” (Mbembe, 2016, p. 131). A raça passa a ser um elemento importante no processo colonial, para entender como o biopoder opera no mundo colonial. De fato, é sobretudo “nesses casos que a seleção de raças, a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até mesmo o extermínio dos povos vencidos foram inicialmente testados no mundo colonial” (Mbembe, 2016, p. 132). Mbembe (2016, p. 137) ainda aponta que a concatenação dos poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico, possibilita “ao poder colonial [uma] dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado”.

INQUISIÇÃO

A inquisição, também conhecida como ‘Tribunal do Santo Ofício’, foi uma instituição instituída pela Igreja Católica, que teve seu apogeu após a Reforma Católica, no século XVI. Tinha a intenção de investigar e julgar hereges e feiticeiros acusados de crimes contra a fé católica. Ao ouvirmos falar do tema, a lembrança imediata é de sua atuação na Europa, porém, este tribunal viajou também pelos navios europeus e chegaram a locais como o Brasil e a Índia.

A primeira versão do Tribunal ocorreu ainda na Idade Média, entre os séculos XIII e XIV, com maior atuação na França, Itália e Alemanha. A segunda versão da inquisição, ocorreu entre os séculos XIV e XIX, principalmente, em Portugal e na Espanha. Em 1536, o rei João III conseguiu junto ao papa Paulo III, a instalação do “Tribunal do Santo Ofício”, em Portugal. O objetivo inicial era punir os cristãos-novos, como eram chamados os judeus convertidos, que ainda mantinham práticas judaicas em suas casas. Com o passar dos anos, a sua atuação se estendeu para outros pecados e heresias, como feitiçaria, bigamia, homossexualidade e solitações³.

A segunda inquisição tinha penas mais severas do que a primeira, como a morte na fogueira e o confisco de bens. Além disso, era financiada pelo Estado, que atuava junto com a Igreja, inclusive, na escolha dos inquisidores. “O Tribunal agora tinha muito mais objetivos em comum com as monarquias às quais estava ligado do que com o Vaticano, e as perseguições variaram suas vítimas por toda a Europa” (Silva, Silva, 2015, p. 234).

³ “O delito de solitação acontecia quando um clérigo, antes, durante, depois ou no lugar reservado para a administração do sacramento da penitência incitava para atos luxuriosos o(a) penitente com toques, gestos, palavras, cartas, beijos, presentes, pedidos indecorosos etc” (Sabrina Silva, 2017, p. 16). Esse delito ocorreu na colônia brasileira, onde foram localizadas 432 denúncias entre os anos de 1700 e 1821, mesmo com todos os esforços do Tribunal Inquisitorial para que não ocorresse.

Nesse contexto, o Brasil vivenciou quatro visitas oficiais da inquisição: 1591-1595; 1618-1620; 1627-1628 e 1763-1769. A sua atuação continuava ativa, mesmo nos períodos sem visitas. Cerca de 2 mil pessoas foram denunciadas ao “Tribunal do Santo Ofício” no Brasil. Assim, “o auge da Inquisição entre nós se deu na primeira metade do século XVIII, quando vinte homens e duas mulheres foram enviados a Lisboa e queimados em praça pública: todos por judaizar” (Priore, 2016, p. 19).

EUGENIA

Eugenia foi uma ciência que atuou junto com um movimento político, que buscava o aprimoramento da raça humana em busca do progresso para uma civilização. O pai dessa nova ciência, foi Francis Galton (1822-1911), que cunhou o termo em 1883. Aos poucos, o movimento foi se difundindo pela Europa e, no início do século XX, chegou no Brasil e em outros países.

A eugenia foi aplicada em todos os continentes, tendo Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, México, Japão, Argentina e países da Escandinávia, como grandes exemplos de adeptos e executores em algum momento da história. Itália, Austrália, União Soviética, Peru e França, também, tiveram destaque na eugenia mundial. Essa prática foi utilizada como arma política e religiosa de discriminação social e limpeza étnica. Talvez, a eugenia mais famosa seja a alemã, que executou mais de 6 milhões de judeus e outros grupos, além de promover a esterilização de milhares de pessoas e diversos estudos médico-científicos com seres humanos. Porém, o nazismo foi além, desde lei de esterilização, inspirado nos Estados

Unidos, passando por eutanásia de doentes nos hospitais alemães, com intuito de vagar leitões para os feridos na guerra, até a morte de idosos, judeus, doentes, ciganos, homossexuais, crianças com má formação, alcoólatras e incapazes (indigentes, vagabundos, prostitutas etc.), tudo em prol de uma lógica econômica com embasamento biológico, ante aos mais de 885 milhões de marcos economizados no cuidado com incapacitados e degenerados no país (Diwan, 2007; Stepan, 2005).

Além dessa eugenia mais radical, chamada eugenia negativa, que pregava a esterilização e controle mais efetivo da reprodução, o outro modelo eugenista mais brando, a eugenia positiva foi o prevalente na América Latina. Essa vertente da eugenia utilizava, sobretudo, a educação eugênica e a subjetividade para disseminação das ideias eugenistas.

O Brasil foi um caso *sui generis* na eugenia mundial. Não existiu um único modelo eugenista no Brasil. Os intelectuais, médicos, professores e políticos da elite nacional, discutiam

sobre seus pontos de vista em debates calorosos no meio acadêmico. Em que pese a teoria lamarckista já houvesse sido derrubada na biologia, um grupo de intelectuais acreditavam na transmissão dos caracteres adquiridos constituindo o grupo dos neolamarckistas em oposição aos mendelianos.

Renato Kehl (1889-1974) é considerado o pai da eugenia no Brasil, como o principal difusor da eugenia brasileira tanto em solo nacional quanto no exterior. Foi o fundador do Boletim de Eugenia, importante periódico especializado no tema, esteve na direção de importantes instituições eugenistas, como a Comissão Central Brasileira de Eugenia e a Sociedade Eugênica de São Paulo. Participou de inúmeros eventos sobre eugenia, como o Congresso Brasileiro de Eugenia. Todos esses fatos eram extensamente publicados em jornais (Souza, 2019).

Apesar da tentativa, inclusive do próprio Kehl, para que a esterilização compulsória fosse implementada no Brasil. Essa medida não chegou a ocorrer no Brasil. No entanto, a educação eugênica chegou a constar na Constituição e atuou no Brasil como uma estratégia biopolítica de controle dos corpos dos considerados inferiores, inaptos e degenerados, através de uso da genética, da literatura infantil, dos concursos de eugenia e robustez infantil, do controle de casamentos, dos exames pré-nupciais, da educação sexual e da interferência na reprodução e na família.

Os intelectuais eugenistas utilizaram as práticas discursivas para a educação eugênica disseminar-se no tecido social, em prol de uma produção da verdade. Conferências públicas, pesquisas variadas, livros, periódicos, congressos e outros eventos, ligas, sociedades, comissões e concursos eugênicos, foram algumas das ações e atividades em que a eugenia promoveu discursos e verdades no Brasil em várias frentes da intelectualidade, ligadas sobretudo à antropologia, direito e medicina.

INTEGRALISMO

A intelectualidade estava em plena efervescência de ideais nacionalistas. Nesse momento, em que a atmosfera eugenista estava mais radical, com muitos defendendo a eugenia mais radical, a Ação Integralista Brasileira (AIB), foi criada pelo jornalista e escritor Plínio Salgado (1895-1975), em 1932. Inspirada no conservadorismo e no fascismo italiano de Benito Mussolini (1883-1945), possuía como objetivo a construção de uma sociedade tradicional regulada pela moral cristã, em oposição ao liberalismo. “os integralistas aliaram-se a Vargas, que lhes garantiu espaço, sem restrições nem censuras, até 1938. Puderam publicar jornais e

livros e obtiveram a aprovação do seu uniforme pelo Ministério da Guerra” (Carneiro, 1995, p. 42).

A AIB, a partir do Partido Nacional Fascista, “surgia como alternativa política, concentrando a intelectualidade conservadora e todos os grupos e movimentos de tendência fascista. Propunha a construção de uma sociedade inspirada no tradicionalismo, regulada pela moral cristã e em oposição aberta ao liberalismo” (Carneiro, 1995, p. 41). Com o lema Deus, Pátria e Família, o integralismo agregou militantes católicos, conservadores e, em menor escala, operários e militares, todos contra o comunismo.

Embora o integralismo não tenha provocado mortes em série, o movimento de extrema-direita provocou muitos conflitos de rua na década de 1930, tendo quase 2 milhões de adeptos pelo país e prometendo uma sociedade conservadora e aliada aos bons costumes, o que poderia causar mortes, preconceitos e outras formas de violência. O movimento integralista encerrou-se, oficialmente, em 1937, com a implantação da ditadura do Estado Novo que proibiu partidos políticos no Brasil. A partir de então, o movimento perdeu força tendo movimento residuais na sociedade brasileira até os dias atuais.

DITADURA MILITAR

A ditadura militar no Brasil foi no período de 1964 a 1985, portanto, 21 anos sob o domínio militarizado. Foi um tempo de terror desenvolvido e praticado pelos oficiais, que tomaram o poder no golpe de 1964. Foi um momento delicado do país, em que o regime militar promoveu terror, tortura; diversas pessoas viraram presos políticos; outros foram exilados em diversos países; a pena de morte foi reestabelecida no Brasil, dentre outras violações aos direitos humanos. Durante o período, cinco presidentes estiveram no poder.

Nesse contexto, uma semana após o golpe militar de 64, o regime militar instituiu o Ato Institucional nº 1, o primeiro dos atos ditatoriais. Em 1967, uma nova constituição foi outorgada. A nova Carta Magna “proibia a organização partidária e impunha eleições indiretas para presidente. Além disso, concentrava poderes no Executivo” (Costa, 2017, p. 137).

A ditadura militar enfrentou resistência do povo. Greves, passeatas, manifestações e até movimentos de resistência armada, ocorreram em diversos pontos do país. Diante desse cenário, o governo baixou, em 1968, o mais repressivo de todos os atos institucionais, o AI-5, que delegava plenos poderes ao presidente da República, como decretar recesso por tempo indeterminado ao Congresso, assumindo as prerrogativas legislativas, dentre tantas outras questões, como a perseguição da imprensa e do meio artístico e intelectual: “intelectuais e

artistas foram punidos por ter suas obras e liberdade de expressão tomadas como subversivas, e vários tiveram que se exilar. [...] Era mais uma vez o conservadorismo, o fisiologismo e o estamento cobrindo com seu manto obscuro a sociedade brasileira” (Costa, 2017, p. 140).

O governo Dilma Rousseff instituiu a Comissão Nacional da Verdade, que atuou de 2012 a 2014 e concluiu que, 434 pessoas foram mortas ou desapareceram no período da Ditadura Militar. Um estudo atual, coordenado pelo pesquisador e ex-presos político Gilney Viana, apontou que quase 1700 camponeses foram mortos ou desaparecidos, no período de 1964 a 1988 (apenas 41 haviam sido reconhecidos pela Comissão). O autor ainda comprovou, em suas pesquisas, que mais de 16 mil pessoas camponesas, sofreram algum tipo de repressão política durante o regime militar (Valente, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: ROMANTIZAÇÃO E MINIMIZAÇÃO DOS TEMAS SENSÍVEIS

A partir do que foi exposto aqui neste artigo, é necessário abordarmos sobre a constituição da verdade e condução de condutas, visto que a romantização de temas sensíveis como os supracitados, pode gerar discursos distorcidos sobre assuntos tão importantes. Quando alguém romantiza esses temas, seja em uma roda de conversa informal ou em algum discurso oficial, os ouvintes podem internalizar as informações falsas e servirem de agente multiplicadores em seus núcleos de convívio. Assim, a depender de quem profere a informação, milhares e até mesmo milhares de pessoas, podem ser influenciados e “educados” por este discurso. Foucault (2011) aponta que a verdade pode ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados pela produção, repartição e circulação de enunciados, tomados como verdadeiros pela sociedade e complementa que

a verdade é deste mundo: ela é produzida graças a múltiplas imposições. E ela aqui detém efeitos regulados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” da verdade, ou seja, os tipos de discurso acolhidos por ela os quais ela faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros ou falsos, a maneira como se sancionam uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para obter a verdade; o status dos que têm a tarefa de dizer o que funciona como verdade (Foucault, 2011, p. 217).

Os discursos romantizados podem repercutir negativamente nas redes sociais e na imprensa, causando repúdio às suas palavras por diversas instituições, intelectuais e pesquisadores das temáticas raciais e afro-brasileiras, sobretudo, quando proferido por

intelectuais, pessoas públicas e influenciadores digitais. Foucault (2011, p. 218) afirma que existe um combate pela verdade ou em torno dela e que “não se trata de um combate ‘a favor’ da verdade, mas em torno do status da verdade” constituindo um papel político desempenhado por ela.

O perigo da romantização de temas sensíveis pode ser entendido quando Foucault (2011, p. 218) diz que a verdade “é ligada circularmente a sistemas de poder que a produzem e a sustentam e a efeitos de poder induzidos por ela e que a reconduzem. ‘Regime’ da verdade”. O orador desse discurso romantizado, mesmo sem intenção, acaba promovendo a educabilidade da população de forma inadequada, sem embasamento teórico-científico. Para Betina Hillesheim (2015, p. 791), “os sujeitos aprendem em todos os lugares, das mais variadas maneiras, com os outros e consigo próprios” e continua afirmando que a educação ocorre “em todo lugar e da qual nos nutrimos permanentemente”. Foucault (1995) colabora com a discussão, ao trazer a conduta como ato de conduzir os outros, a partir de um comportamento em um campo mais ou menos aberto de possibilidades, exatamente o observado no programa televisivo em questão. Para o filósofo, todas as pessoas estão destinadas, de alguma forma, a agir sobre a possibilidade de ação dos outros indivíduos. Assim, “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade. [...] Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de assujeitamento político [...] mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados” (Foucault, 1995, p. 244).

Na atualidade, esse discurso romantizado também é perigoso pelo momento que o país atravessa, com negacionismo, conservadorismo, retrocessos e pós-verdades, o que torna mais preocupante as reverberações que esse tipo de fala pode causar. Silva e Hillesheim (2021, p. 07) dizem:

A produção da verdade, portanto, obedece a uma determinada episteme ou a dispositivos que regem os jogos de verdade. Quando falamos em pós-verdade, não estamos dizendo que a verdade deixa de existir, mas que os critérios de veridicção são subtraídos pela crença ou pela espetacularização das narrativas. Se a pós-verdade opõe-se à verdade, isso significa que o estatuto da verdade não é suspenso, mas atacado. Assim, as instituições do dizer verdadeiro, ao serem deslegitimadas, colocam em risco determinadas garantias de confiabilidade na verdade, corrompendo o debate público.

O colonialismo e seus desdobramentos, como a escravidão, são o retrato da violência em estado bruto (Fanon, 1968, p. 46), no qual a população negra foi desumanizada e reduzida a mercadoria. O mesmo pode ser extrapolado para outras populações que sofreram com os temas sensíveis aqui retratados, como por exemplo, judeus, população LGBTQIAPN+, pessoas

de religiões não cristãs e indígenas. É preciso que todas as pessoas que romantizam tais temas, reflitam sobre a última prece de Fanon (2008, p. 191), “oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”. Questionar é o caminho para interromper um ciclo de reprodução de inverdades.

A biopolítica foucaultiana e a necropolítica, podem ser percebidas em diversos momentos destes fenômenos sociais. A primeira, é lembrada pela máxima “Fazer viver e deixar morrer”, ou seja, fazer viver os indivíduos superiores de determinado tecido social e deixar morrer os indivíduos que, muitas vezes, sequer são dignos de serem considerados assassinados, por não serem considerados humanos. Já a necropolítica mbembiana trata do fazer morrer, do Estado da morte, do grupo dominante, que impõe a morte de outros grupos sociais. Essa morte nem sempre é uma morte física, diversas vezes, pode ser interpretada como uma morte social, civil ou mesmo um desaparecimento ou decréscimo da população por cerceamento de meios reprodutivos, por exemplo (Foucault, 2010; Mbembe, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência esteve presente em todos os fenômenos sociais aqui descritos. Aldeias indígenas inteiras foram dizimadas no Brasil Colônia. Muitos indígenas, também foram escravizados e sofreram inúmeras violências. A inquisição e a ditadura militar promoveram muitos tipos de torturas físicas e psicológicas. O integralismo e a eugenia atuaram, principalmente, no psicológico e subjetividade das pessoas, desumanizando determinados grupos étnicos e sociais.

Na escravidão, a violência esteve presente em todos os momentos, desde o sequestro e retirada dos negros africanos de suas comunidades por traficantes ou por outros povos africanos, em busca de vendê-los no tráfico interno do continente africano e, na sequência, para os europeus ou americanos, passando pelas tenebrosas viagens negreiras, em que ficavam centenas de escravizados em espaços apertados, sem as mínimas condições higiênico-sanitárias. As pessoas faziam suas necessidades fisiológicas, menstruavam, tinham seus filhos, dormiam e morriam nessas condições. A taxa de morte a bordo, já era esperada na travessia, e os mortos eram jogados no mar sem qualquer respeito às tradições dos povos africanos. Em solo americano, as mazelas e violências foram frequentes entre os escravizados.

Entende-se que os discursos romantizados podem conduzir condutas na população que assistem ao programa e produzir verdades que são equivocadas, que não possuem sintonia com a história e ciência já comprovadas sobre os fenômenos sociais. Seja de forma intencional ou

não, tais falas podem estimular determinados comportamentos e ajudar na proliferação de determinadas “verdades”. Nessa pós-verdade construída, a verdade não deixa de existir de fato, mas é sobreposta por uma crença e pela espetacularização do discurso anacrônico.

Nada relacionado ao genocídio indígena, às atrocidades da inquisição, aos processos violentos, racistas e segregacionistas da escravidão, da eugenia brasileira, do integralismo ou da ditadura militar, pode ou deve ser romantizado, devem ser sinalizados para que não se multipliquem e ganhem visibilidade como se fossem verdade. Falar de forma crítica sobre os temas sensíveis e seus horrores é um modo de combate ao esquecimento, apagamento e silenciamento das violências, segregações, preconceitos e racismo sofridos pela população ao longo da história e na atualidade.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edvaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. **O racismo na história do Brasil**: mito e realidade. 2 ed. São Paulo: ática, 1995. 64 p. Coleção: História em movimento.

COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Valentina, 2017. 200 p.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 158 p.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **A vida e os feitos dos navegadores e descobridores ao serviço de Portugal (1419-1502)**. Lisboa: Verso da Kapa, 2017. 188 p. (Série: O que todos precisamos de saber).

FOUCAULT, Michel. A função política do intelectual. In: FOUCAULT, Michel **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 213-219. Tradução de: Vera Lúcia Avellar Ribeiro.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no *Collège de France* (1975- 1976). 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 269 p. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, Michel DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma estratégia filosófica –além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Vol. I. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 479 p.

HILLESHEIM, Betina. Políticas públicas e educação: desdobramentos para a pesquisa. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. v. 10, p. 788-796, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil 500 anos: território brasileiro e povoamento - história indígena - os números da população indígena**. 2023. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>. Acesso em: 23 nov. 2023.

KLEIN, Herbert S. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos crítico**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Cap. 20. p. 185-194.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 2, p. 122-151, 2016.

PRIORE, Mary del. **Documentos históricos do Brasil**. São Paulo: Panda Books, 2016. 96 p.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira: volume 1 - colônia**. São Paulo: Leya, 2016. 432 p.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 438 p.

SILVA, Mozart Linhares da; HILLESHEIM, Betina. “Jogos de verdade”, educação e o ethos do fascismo contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 1-17, 2021.

SILVA, Sabrina Alves da. Ministros da divina justiça e agentes do pecado: os padres solicitantes na comarca do rio das Mortes (1700-1821). **Tempos Gerais - Revista de Ciências Sociais e História**, v. 5, n. 1, p. 16-34, 2017.

SLAVE VOYAGE. **Estimates**. 2023. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 23 nov. 2023.

STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 224 p.

SOUZA, Daniele Santos de; FIGUEIRÔA-REGO, João; STUMPF, Roberta. "Preto cativo nada é seu?": escravos senhores de escravos na Cidade da Bahia no século XVIII. In: RAGGI, Giuseppina; FIGUEIRÔA-REGO, João; STUMPF, Roberta. **Salvador da Bahia: interações entre américa e África (séculos XVI-XIX)**. Salvador: Edufba, 2017. p. 51-72.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Renato Kehl e a eugenia no Brasil:** ciência, raça e nação no período entreguerras. Guarapuava: Editora Unicentro, 2019. 330 p.

VALENTE, Rubens. **60 anos do golpe militar:** estudo aponta 1654 camponeses mortos e desaparecidos na ditadura. Brasil de Fato. 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/22/60-anos-do-golpe-militar-estudo-aponta-1654-camponeses-mortos-e-desaparecidos-na-ditadura>. Acesso em: 30 jul. 2024.